

O discurso da doutrinação como uma *red pill*: abusos da educação para empreendimentos e inversões

Renata Aquino¹

Resumo: Este artigo visa ensaiar uma análise do discurso da doutrinação a partir de três eixos principais. Primeiro, argumenta-se que o discurso da doutrinação levou a uma bifurcação entre a esfera pública dominante e um “mundo paralelo”, o qual se forma na inversão dos valores que estruturam o público dominante – o mundo das instituições, da ciência estabelecida nas universidades e nos institutos de pesquisa, de entes historicamente considerados legítimos. Nessa linha, o pânico da doutrinação teria funcionado como uma *red pill* (pílula vermelha) para atrair a adesão a valores cada vez mais contrários àqueles que se acreditava terem sido hegemônicos após a redemocratização, gerando o que Cesarino (2022) chamou de um público antiestrutural (Cesarino, 2022). Segundo, entende-se a forma de funcionamento e difusão deste discurso como um empreendedorismo político (Nunes, 2022), uma forma de fazer política característica desse tempo profundamente neoliberal. Por fim, destaca-se que o discurso observado possui uma dimensão sociotécnica que ainda carece ser compreendida nos estudos sobre ele, ilustrada aqui no fenômeno nomeado por Marwick e boyd (2011) de colapso de contextos. A partir destes eixos, o artigo defende que o discurso da doutrinação foi central para o processo de desdemocratização do país, atualizando um argumento já feito em Salles e Silva (2018), principalmente pelo seu papel na crise dos sistemas de peritos (Cesarino, 2021). Essa crise impacta desde as condições de trabalho de educadoras(es) até a relação entre conhecimento científico e políticas públicas. Por fim, o artigo reflete também sobre alguns indícios de um impacto profundo da digitalização da vida sobre os processos políticos em torno da educação.

Palavras-chave: Doutrinação. Red pill. Empreendedorismo político. Colapso de contextos. Perseguição de professores.

¹ Mestre em História Social pela FFP/UERJ. Pesquisadora do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras(es) (UFF) e membra do coletivo Professores contra o Escola sem Partido. Email: renatacaqs@gmail.com.

Este artigo visa ensaiar uma análise do discurso da doutrinação que produza perguntas e um vocabulário para que os estudos sobre este tema deem mais atenção à dimensão sociotécnica desse fenômeno e das práticas sociais que o compõem atualmente. Neste artigo estamos diferenciando *discurso da doutrinação* daquilo que nomeamos como o *empreendimento* Escola sem Partido, geralmente referido na literatura como *movimento*. Entendemos por discurso (Laclau e Mouffe, 2015) – ou formação discursiva – da doutrinação aquele caracterizado pelo significante “doutrinação” como seu ponto nodal (Laclau, 2011). Estamos nos afastando do uso de “Escola sem Partido” para nomear este fenômeno amplo de crescimento do negacionismo e de censura das escolas porque, com o arrefecimento do ESP em 2020, e o reaquecimento da pauta de “combate à doutrinação” em 2023 sem usar o nome do grupo, entendemos que “doutrinação” é realmente o núcleo daquilo que estamos estudando aqui². Que “doutrinação” tenha continuado e se perenizado, enquanto “Escola sem Partido” caminha para se tornar bem menos conhecido, é um desenvolvimento revelador. Isso indica a centralidade deste termo neste discurso, explicitando o papel desse significante no processo histórico ora em tela.

A presente análise será feita a partir de três eixos principais: primeiramente, pretendo argumentar que o discurso da doutrinação serviu como uma dobradiça entre a esfera pública hegemônica e uma espécie de “mundo paralelo”, o qual se desenvolveu no processo de inversão dos valores que estruturam o público hegemônico – o mundo das instituições, da ciência estabelecida nas universidades e nos institutos de pesquisa, da relação entre sociedade e escola conforme prevista na Constituição de 1988. Isto é, o pânico da doutrinação teria servido de porta de entrada – como uma *red pill* – para o consumo e adesão a valores cada vez mais contrários àqueles que se buscou hegemonizar após a redemocratização e a Constituição cidadã de 1988, gerando o que Cesarino (2022) chamou de um públicos antiestruturais (Cesarino, 2022). Segundo, entendendo este discurso como empreendedorístico, onde suas dinâmicas de funcionamento e difusão

² Destacamos também que a pesquisa que será citada a frente, “Educação, valores e direitos” realizada em 2022, indicou que “Escola sem Partido” é muito menos conhecido do que os valores que eles espalharam: desconfiança de professoras(es), incômodo com docentes “falando de política”, dentre outros. Ver Moura e Aquino (2022b).

cruzam luta política e construção de um *branding* pessoal com vistas ao lucro financeiro (Nunes, 2022), de maneira a apreender deste diagnóstico uma compreensão mais acurada sobre as dinâmicas das políticas de renaturalização do gênero (Biroli, 2020) e de deslegitimação da instituição escolar. O terceiro eixo é a dimensão sociotécnica desse discurso que ainda carece de ser compreendida nos estudos sobre o mesmo, encapsulada aqui no fenômeno nomeado por Marwick e Boyd (2011) de colapso de contextos. A partir destes eixos, o artigo defende que o discurso da doutrinação está profundamente relacionado à digitalização da política no Brasil contemporâneo.

Uma *red pill* no campo da educação: discurso da doutrinação como um público antiestrutural³

O estudo antropológico das infraestruturas digitais poderia se beneficiar de uma reaproximação entre a cibernética das máquinas e da vida, diante da coprodução cada vez mais intensa entre agentes humanos e algorítmicos. (Cesarino, 2022, p. 39)

A mobilização do ódio aos profissionais da educação no Brasil (Penna, 2016a, 2016b, 2017) foi central para a ascensão do grupo que colheu o lucro político do pós-2013 e que esteve no poder entre 2019 e 2022. Este ódio foi importante para a extrema direita, que tem se reorganizado graças às possibilidades oferecidas pela infraestrutura das redes sociais predominantes atualmente, e que infelizmente tem se feito ver na violência contra escolas que cresceu no país. Desde o início dos anos 2000, e principalmente a partir da primeira eleição de um governo federal do Partido dos Trabalhadores, a direita foi se rearticulando e repaginando a sua identidade política em meio ao surgimento de articulações entre diversas correntes do conservadorismo e do liberalismo brasileiro (Rocha, 2018; Lacerda, 2019; Nunes, 2022). Dentro desta reinvenção, um elemento aglutinador desses sujeitos foi a difusão do pânico de um suposto aparelhamento sistemático de escolas e universidades pelo partido na presidência, uma vez que isso lhes serviu de oportunidade política para inventar sua identidade em

³ Parte das ideias expostas nesta seção sobre a relação entre o discurso da doutrinação e a perseguição a educadoras(es) foram mais desenvolvidas em Penna, Aquino e Moura (2023, no prelo).

uma chave antissistêmica. Posteriormente, com as jornadas de junho de 2013 e a forma como o Partido dos Trabalhadores lidou com elas, desperdiçando seu potencial antissistêmico (Nunes, 2022, pp. 182-187), uma nova oportunidade política para estes sujeitos em processo de aglutinação se colocarem como antissistema se apresentou.

Ao longo da difusão do discurso da doutrinação, seus traços antagônicos foram surtindo resultado e, portanto, intensificados. Diferentes linhas de força foram se encontrando e forjando laços conforme se percebia que este era um nicho de sucesso (Aquino e Moura, 2022). Esse processo de crescimento de público implicou num processo de intensificação e complexificação do ódio direcionado ao inimigo que aglutinava esse público: os dois cresceram juntos e se influenciando mutuamente. Essa produção antagônica (Laclau e Mouffe, 2015), qual seja, a construção de uma fronteira existencial onde a existência de um grupo em si já ameaça a existência do outro grupo, foi feito por essa nova direita em processo de *rebranding* e opôs “família” a “professores doutrinadores”.

Tendo o empreendimento Escola sem Partido como marco inicial do discurso da doutrinação no Brasil⁴, podemos dizer que ele começou em meio aos *think tanks* neoliberais dos anos 90 (Caldas, 2018; Salles, 2019; Paiva, 2021). Durante a organização e crescimento da nova direita, entre 2004 (surgimento do ESP) e 2013, o empreendimento articulou esse nicho; como diz Salles (2019), ele produziu uma demanda e ofereceu a resposta. Quando acontecem as jornadas em 2013, porém, seguidas pelo Plano Nacional de Educação em 2014, o ESP/discurso da doutrinação aumenta o investimento em sua dimensão familista (presente desde 2004, mas englobada pelo combate à “doutrinação político-ideológica”) antigênero, aproximando-se do fundamentalismo religioso (Moura, 2016; Junqueira, 2022) em termos de alianças políticas imediatas, o que faz crescer os seus adeptos e capilariza suas ideias. Um momento ilustrativo dessa aliança, quando a

⁴ Uma ressalva deve ser feita: o anticomunismo é uma força antiga no país, e é um elemento importante para entender o apelo do discurso da doutrinação dentro do panorama da história recente. O marco inicial de 2004 aqui é dado pelo foco em um momento específico dessa história, o grupo Escola sem Partido, que não exclui a importância de mais estudos sobre o assunto dentro de uma longa história dessas ideias no país.

nova direita abraça o discurso de ódio reacionário dos fundamentalistas, é a Marcha Nacional pelo Escola sem Partido⁵ realizada pelo Movimento Brasil Livre em 2017.

O discurso da doutrinação é um discurso de ódio contra educadoras(es) e pesquisadoras(es), principalmente contra a escola enquanto instituição que insere crianças e jovens no mundo público maior que o seu âmbito familiar (Penna e Silva, 2016; Silva, 2018; Masschelein e Simmons, 2018), e que nega o caráter educacional da educação, reduzindo o processo de ensino-aprendizagem à escolarização (Penna, 2016c). Ele planifica o fenômeno educacional, trazendo para o centro do debate público enquadramentos negacionistas e juridificados para pensar a educação, no mesmo ato que busca censurar e interromper o processo educativo que as escolas realizam. O professor e a professora, nesta formação discursiva, são equiparados a criminosos violentos de maneira bem explícita. Miguel Nagib equiparou educadoras(es) contrárias(os) ao “Programa Escola sem Partido” a estupradoras(es) em pleno Congresso Nacional em 2017, em reunião da comissão especial que discutia uma série de projetos de censura que tramitavam apensados naquele momento.⁶ O empreendimento ESP, por meio dos seus anteprojetos de lei, definiu alunos em escolas como “audiência cativa”⁷, ou seja, como se estivessem ali por estarem presos em uma sala com a porta trancada, uma abordagem completamente oposta ao entendimento do direito à educação como um direito humano.

Embora com algumas razões e dinâmicas diferentes, cabe destacar que a deslegitimação de educadoras(es) no ensino básico também atinge a educação superior. Pela amplitude que este discurso negacionista alcançou, o que acontece presentemente é uma disputa por quais critérios e quais sujeitos vão guiar o ensino e a produção de conhecimento tanto no ensino básico quanto no ensino superior; uma disputa, enfim, sobre qual lugar será legitimado socialmente e aceito como produtor de verdades sobre o mundo (Cesarino, 2022).

⁵ Ver <https://www.vice.com/pt/article/nee7b/a-marcha-falida-do-mbl-pelo-escola-sem-partido>. Link alternativo: [/web/20230806023637/https://www.vice.com/pt/article/nee7b/a-marcha-falida-do-mbl-pelo-escola-sem-partido](https://web/20230806023637/https://www.vice.com/pt/article/nee7b/a-marcha-falida-do-mbl-pelo-escola-sem-partido). Acesso em 5 ago. 2023.

⁶ Ver o vídeo aos 4 minutos e 58 segundos: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/46280?a=58813&t=1487111693243&trechosOrador=&crawl=no>. Acesso em 5 ago. 2023.

⁷ O termo foi usado amplamente pelo ESP, em diversos momentos. Ver aqui o uso no modelo de projeto de lei municipal, criado em 2014. <http://escolasempartido.org/blog/anteprojeto-de-lei-municipal-e-minuta-de-justificativa/>. Acesso em 5 ago. 2023.

Pretendo ensaiar neste artigo um ângulo analítico que pensa as várias camadas de complexidade que caracterizam o discurso da doutrinação – empreendedorismo político, censura a gêneros e sexualidades na educação básica e no ensino superior, ataque a instituição escolar como mediadora obrigatória do acesso das novas gerações ao mundo (Penna e Silva, 2016; Masschelein e Simons, 2018; Silva, 2018), mobilização pelo ensino domiciliar (*homeschooling*), crescimento da produtora Brasil Paralelo – não como causas e consequências, mas como conjunturas que co-emergem simultaneamente (Cesarino, 2019). Em outras palavras, uma vez que o objeto é marcado por eventos e conjunturas que são multicausais, com grupos que se aproximam e se afastam em muitos pontos, como uma rede neural em atividade intensa, a ideia de co-emergências simultâneas parece adequada. Assim, a intensificação de subjetividades neoliberais, a perseguição contra educadoras(es), o crescimento do ódio organizado contra mulheres pelos e pelas antifeministas, a deslegitimação do conhecimento acadêmico em ciências humanas e sociais como produtor de subsídios para políticas estatais (Moschkovich, 2023)⁸, a desinformação, a dificuldade de estabelecer amplamente o que é real e o que não é (a “pós-verdade”), podem ser entendidos como um processo maior de transformação no que entendemos como modernidade, verdade e democracia (Cesarino, 2022, 2019; Mirowski, 2019; Zuboff, 2020). Nesse sentido, o discurso da doutrinação seria uma linha de força, dentre várias outras, nesse processo maior em emergência.

Este ângulo analítico é sistematizado pela antropóloga Leticia Cesarino em toda sua produção recente, e sintetizado no seu livro *O mundo do avesso* (2022). Ao estudar o bolsonarismo e ambientes conspiracionistas online, como aqueles que se formaram em torno do “tratamento precoce” contra a covid-19 (Cesarino e Silva, 2023), ela os entende como sintomas de uma crise ampla que se torna permanente devido, em parte, às possibilidades criadas pelas novas mídias:

Devido às causalidades circulares embutidas nas atuais infraestruturas cibernéticas, processos de desintermediação passam a coexistir com formas emergentes de *reintermediação* [grifo no original]. É como se a crise e sua resolução, ao invés de se seguirem sequencialmente no tempo, passassem a coexistir de modo não linear. Assim, nessa rápida inversão de ciclo histórico, processos antiestruturais que no mundo pré-digital eram excepcionais – a

⁸ A autora demonstra, no artigo já citado aqui, como o termo “gênero” não aparece em nenhum documento produzido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro.

radicalização política, as teorias da conspiração – vão se difundindo pelo sistema, fazendo proliferar paradoxos e oscilações entre seus extremos. A crise torna-se permanente e sua resolução passa por um duplo processo: por um lado, tentativas de conter um colapso do sistema preexistente e, por outro, disputas existenciais em torno de quem assumirá a vanguarda da mudança. (Cesarino, 2022. pp 16-17)

A autora usa o acúmulo do campo da CTS (ciência, tecnologia e sociedade), principalmente com base nas ideias de Gregory Bateson (1904-1980), mas também as ideias de figuras da antropologia clássica, como Victor Turner, para estruturar sua leitura sobre o que ela vem chamando de crise dos sistemas de peritos (Cesarino, 2021). Para entender esta crise permanente, ela organiza um quadro analítico que ela caracteriza como uma “...costura [de] abordagens sistêmicas e estruturais que compartilham, em alguma medida, a mesma base cibernética a partir da qual foram pensadas e construídas as atuais mídias digitais” (Cesarino, 2022, p. 18). Cesarino defende que a mobilização destas abordagens sistêmicas para entender o presente é coerente inclusive com o momento onde as tecnologias computacionais hoje estruturantes do nosso mundo surgiram: o contexto pós-2ª guerra, de expansão da doutrina neoliberal, do surgimento de novas teorias de guerra. De fato, a autora argumenta que os paradigmas que ela mobiliza em seus estudos “subjazem à própria indústria tech” que ela estuda (Cesarino, 2022, p. 19). O uso da cibernética para organizar e interpretar o caos contemporâneo também aparece em outro autor dos estudos do bolsonarismo, Rodrigo Nunes, tanto em coletânea de ensaios do ano passado (Nunes, 2022) sobre esse tema, mas também em seu livro recentemente traduzido para o português (2023) que teoriza a organização política em nosso tempo. Parece que o enquadre cibernético está se tornando importante para ver uma ordem naquilo que nos parece, em boa parte do tempo, um grande caos.

Nesse caminho analítico, Cesarino encaminha uma interpretação topológica das dinâmicas políticas, sociais e técnicas que se estabelecem na relação com as propiciações⁹ que as novas mídias trazem ao mundo. Não se trata de entender que as novas mídias

⁹ Esse termo foi proposto por Otavio Velho (2001) para traduzir o termo *affordances*, conceito cunhado por James Gibson (2014) que tem sido amplamente usado nos estudos de novas mídias. As *affordances* se referem às “potencialidades de um ambiente que emergem na relação com um organismo” (Cesarino, 2022, p. 99): *propiciando* certos atos e caminhos, e outros, não. Que tipo de contato com usuários interessados em assuntos diferentes do nosso o Facebook propicia? Que tipo de ritmo o Instagram propicia? Etc.

determinam o social, nem de estabelecer relação de causa e efeito entre eles e o político. Trata-se de reconhecer nas novas mídias uma agência que emerge na relação delas com os seres humanos e vice-versa. Essa relação entre objetos técnicos, novas mídias e grupos sociais será entendida por Cesarino como formando um *sistema*, segundo a abordagem cibernética batesoniana¹⁰. A partir do livro *Order out of chaos: man's new dialogue with nature* (1984), de Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, uma obra sobre sistemas termodinâmicos em desequilíbrio, e junto a outras(os) autoras(es) que tratam das conjunturas de não-linearidade, Cesarino traz para o nosso contexto um vocabulário segundo o qual “em sistemas em crise ou longe do equilíbrio, a tendência é o realce dos extremos e as oscilações e inversões entre eles, até que uma nova ordem seja encontrada no plano global ou holístico” (2022, p. 19). Se entendemos que passamos por uma crise dos sistemas de peritos, isto é, os espaços com validação institucional para definir verdades (virologistas durante a pandemia e professores de história sobre a ditadura militar, por exemplo) estão perdendo legitimidade, Cesarino vai reenquadrar essa conjuntura em termos de um sistema em desequilíbrio, destacando a topologia destes espaços (a esfera pública das instituições estatais, os ecossistemas paralelos bolsonaristas e negacionistas) para compreender a *forma* destes discursos a partir desse “olhar especializado”, por assim dizer. Fazendo uma interessante síntese entre abordagens de diferentes campos, ela traz para a análise política as ciências da não linearidade, que ajudam a pensar uma escala de análise do social com um vocabulário interdisciplinar que ressoam muito com o nosso tempo – tempo esse marcado pela aceleração (Turin, 2019) e pela tomada de consciência, forçada pela crise climática, das nossas semelhanças com outras ecologias.

Nos apropriando do pensamento de Cesarino, podemos então argumentar que o discurso da doutrinação serviu, em seu desenvolvimento e difusão, como uma *dobradiça*

¹⁰ Cesarino (2022, pp. 30-31) define o olhar da cibernética de Gregory Bateson da seguinte forma: “*Grosso modo*, enquanto a explicação positiva busca relações de causalidade linear entre agentes preexistentes, a perspectiva cibernética atenta para padrões de coemergência de agências em um mesmo campo dinâmico de complexidade, regido por causalidades recursivas que Hacking (1995) chamou de *looping effects*, ou efeitos de retroalimentação. No mesmo sentido, a topologia espaço-temporal é concebida em termos não lineares e multiescalares, diferentemente da geometria plana ou euclidiana que organiza a experiência do senso comum. Essas dinâmicas são transversais a domínios que tratamos de forma separada na modernidade: natureza e cultura, mente e ambiente, micro e macro.” (grifo no original)

para que indivíduos saíssem do mundo dos sistemas de peritos hegemônicos e entrassem no mundo das ciências alternativas, onde o(a) professor(a) é doutrinador(a) e onde alunos(as) na escola são “audiência cativa”. É esta função de dobradiça que me faz equiparar a função que o discurso da doutrinação desempenhou na sociedade brasileira à função do signifiante “pílula vermelha” para os grupos masculinistas e posteriormente para toda a *alt-right* estadunidense. Essa expressão tem uma longa história nos Estados Unidos: inicialmente, ela surgiu como nome de um fórum de homens masculinistas, em referência à cena do filme *Matrix* (1999) que marca o momento em que o protagonista decide conhecer a verdade e isso reconfigura todo seu mundo¹¹. Segundo Debbie Ging, o termo *red pill* começa em um subfórum do *Reddit* explicitamente violento, e ao longo do tempo consegue gerar uma longa série de laços e identificações entre diferentes linhas masculinistas nos Estados Unidos.

Inicialmente, os dados indicam que propiciações [*affordances*] tecnológicas das mídias sociais vêm aumentando radicalmente a circulação de ideias e informações antifeministas transversalmente a grupos, plataformas e fronteiras geográficas. Hyperlinkando para e compartilhamento de artigos, postagens em blogs, memes e vídeos permitiram a rápida distribuição e homogeneização da retórica do MRA [Men’s Rights Activists] pelo mundo anglófono e além. (...) A mais marcante manifestação desta homogeneização é a proliferação da terminologia Red Pill, originada no subreddit */r/TheRedPill* - dedicado ao antifeminismo e à defesa da cultura do estupro mas que subsequentemente se espalhou para os espaços do MRA e MTGOW. (...) Esta rápida propagação da “filosofia” Red Pill nas diversas plataformas demonstra como um tema cultural convincente obteve êxito em equilibrar emoções e ideologia, gerando assim consenso e pertencimento para os elementos divergentes da machosfera.¹² (GING, 2017, pp. 7-8, tradução própria)

¹¹ As diretoras criadoras de *Matrix*, duas mulheres trans, Lana Wachowski (cuja transição de gênero foi publicizada em 2008) e Lily Wachowski (cuja transição de gênero foi publicizada em 2016), recorrentemente criticam esta apropriação masculinista do filme. Para elas a pílula vermelha seria uma pílula de estrogênio, e toda a transição representada no filme seria uma metáfora para a transição de gênero. Para responder a esta apropriação, Lana Wachowski fez *Matrix Resurrections* (2021), onde ela tenta retomar o controle do símbolo da pílula vermelha. Ver <https://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2020/08/diretora-revela-que-matrix-continha-mensagem-oculta-sobre-transexualidade.html>. Acesso em 3 ago. 2023.

¹² No original: “*Firstly, the data indicate that the technological affordances of social media have radically increased the flow of antifeminist ideas and information across groups, platforms, and geographical boundaries. Hyperlinking to and reposting articles, blog entries, memes, and videos have enabled the rapid spread and homogenization of MRA rhetoric throughout the Anglophone world and beyond. (...) The most striking manifestation of this homogenization is the proliferation of red pill terminology, which started on the /r/TheRedPill subreddit dedicated to antifeminism and the defense of rape culture but which has subsequently spread into MRA and MGTOW spaces. (...) This rapid propagation of Red Pill “philosophy” across multiple platforms demonstrates how a compelling cultural motif has succeeded in balancing*

Os termos MRA e MGTOW referem-se respectivamente a *Men's Rights Activists* e *Men Going Their Own Way*¹³. Assim, o termo “pílula vermelha” surge, em um filme, designando essa pílula de verdade que uma vez ingerida se torna um ponto de não retorno, e foi se tornando tanto o nome de um grupo político como também o nome de um gesto epistemológico pelo qual um indivíduo inverte inteiramente sua visão de mundo. Ilustrativamente, ele também é utilizado como verbo: em inglês se pode dizer que alguém foi *redpilled*, e brasileiros masculinistas usam o neologismo “ele foi *redpillado*”. Ou seja, esse movimento de inversão é reconhecido inclusive pelo grupo que trouxe o termo para a arena das identidades políticas, a ponto de utilizá-lo como nome de si. Portanto, é explícito para todos, todas e todes que a “pílula vermelha” é uma metáfora para o *cruzamento de um limiar* que gera uma *inversão*. Como também resumem Vilaça e D’Andrea (2021):

Para a *manosphere* [*machosfera*], ser “vermelhopilado” é despertar para a “misandria” (Marwick; Caplan, 2018), o suposto “racismo reverso” (Zuckerberg, 2019; Strick, 2020), a “lavagem cerebral” dos feminismos (Nagle, 2018; Strick, 2020) e a dominação da “extrema esquerda” (Ging, 2017; O’Malley, Holt & Holt, 2020). A *TRP* é compartilhada por vários grupos da *manosphere* que a tem como uma “revelação” para o pensamento masculino; um sistema de crenças; uma rede de misoginia (Bratich; Banet-Weiser, 2019). Além disso, para certos grupos internos, trata-se de uma possível oportunidade de melhoria nas habilidades de sedução sustentadas pela “psicologia evolucionária” de inspiração darwinista e teorias econômicas neoliberais (Valkenburgh, 2018). (pp. 426-427)

Adotando este nível analítico, que pensa processos sociotécnicos em par com processos políticos, argumento que o discurso da doutrinação, reconhecidamente defendido e capilarizado pelo grupo Escola sem Partido a partir de sua fundação em 2004, teria funcionado na sociedade brasileira como uma *red pill*. O discurso da doutrinação, uma vez que se adere a ele, inverte a visão de mundo do indivíduo sobre o que é a educação formal – ao invés de direito, torna-se um sequestro, onde os estudantes são nomeados literalmente como audiência cativa, professor como estuprador, educação em

emotion and ideology to generate consensus and belonging among the manosphere's divergent elements.” (GING, 2017, pp 7-8).

¹³ Esses dois grupos são marcados por “sentimentos de direito prejudicado, vitimização e masculinidade frustrada”. Os homens que os compõem se sentem “vítimas de uma sociedade ‘ginocêntrica’”. Ver a tese de Bruna Camilo de Souza Lima e Silva (2023).

gênero e sexualidade como sexualização de crianças, enfim: o ato educativo deixa de ser uma *emancipação* e se torna uma *submissão*.

Em outras palavras, tomar a pílula vermelha e fazer a inversão aciona nesses grupos um modo ativo e declarado de violência. Eles adotam ideias conservadoras, reacionárias e ultraliberais, de defesa explícita da opressão de grupos sociais em nome do status quo¹⁴ e do mecanismo de mercado e da concorrência como fundamento do social (Dardot e Laval, 2016), e as intensificam, puxando (ainda mais) para a extrema direita estas ideias nas medidas em que os grupos *redpillados* manejam muito bem a economia da atenção nas redes sociais e, portanto, conseguem impactar o cenário político amplamente. Eles passam a reenquadrar o vocabulário que nomeou uma série de dinâmicas como violência de gênero e racismo em nome dos direitos humanos destes grupos como sendo, na verdade, um movimento organizado para “feminizar” os homens e cometer genocídio contra os brancos. Essas ideias invertidas funcionam como porta de entrada para uma longa série de outras ideias violentas – além de serem, obviamente, uma forma de violência em si, até mesmo porque vários destes grupos se organizaram através do cometimento de um grande assédio online organizado: o *Gamergate* (Vilaça e D’Andrea, 2021; Ging, 2017). Esse processo de “entrada na toca do coelho” não acontece somente pelo conteúdo de memes, de chats, fóruns, perfis, etc, mas pela forma que essas mensagens adotam, forma esta que se aproveita de vieses infraestruturais que perpassam as redes sociais que são hegemônicas atualmente. Essa violência é intensificada, as ideias são mais radicalizadas, e ideias violentas atraem mais ideias violentas por causa destes vieses infraestruturais: esse processo de intensificação da energia, de aumento da temperatura, é o que a cibernética chama de um *feedback loop*. A energia gerada pelo engajamento online gera ciclos de retroalimentação através dos comentários, respostas a

¹⁴ Rodrigo Nunes (2022, p. 47) faz uma ótima leitura desta “liberação da violência” no caso do bolsonarismo, que leva em conta a história da nossa formação social: “O bolsonarismo converge em torno do sonho paradoxal de um estado de natureza presidido por uma figura paterna a um só tempo severa (com quem não é ‘cidadão de bem’) e permissiva (com quem é); em que a autoridade é tanto exercida decisivamente desde cima quanto delegada a poderes locais que têm total liberdade de ação em suas esferas de influência (o pastor, o latifundiário, o policial, o *pater familias*, o miliciano)”. O bolsonarismo é, assim, uma tentativa de reorganização do social para que todo mundo volte a “saber o seu lugar”. Daí o ódio a educadores/as que desestabilizem as dinâmicas familiares estabelecidas.

comentários, que aumentam a entrega do conteúdo, que aumentam os comentários. Em suma, um círculo vicioso difícil de ser interrompido.

São estes grupos, que estabelecem essa inversão dos valores hegemônicos, que Cesarino chama de públicos antiestruturais. Diferente de grupos que fazem oposição ao sistema por dentro dele, como por exemplo o campo progressista que busca ampliar os direitos humanos para todos, todas e todes, estes grupos se opõem ao sistema por fora¹⁵ dele, de forma a desestabilizar o seu centro de gravidade e inverter as normas que organizam esse mundo. Eles buscam mudar o metaenquadramento liberal, presente na Constituição de 1988, onde somos todos cidadãos, para colocar como valor dominante não a igualdade, mas o pertencimento à comunidade das “pessoas de bem” (Cesarino, 2022, p. 84).

A nova direita que trato aqui (Rocha, 2018), similar ao que nos Estados Unidos se chama *alt-right* (“direita alternativa”), tem tido grande sucesso em transformar assuntos pontuais em símbolos de questões profundas. Em que pese a cultura política progressista de destacar em violências pontuais a presença de razões estruturais para isso, – inclusive por se apropriar do conhecimento produzido nas ciências sociais sobre questões de raça, gênero e classe, dentre tantos outros temas – tem sido comum que a nova direita se destaque nos combates políticos em cima de coisas pontuais ressaltando nelas mudanças mais amplas. Vide, por exemplo, o pânico moral em torno da linguagem neutra e do “banheiro unissex” (Silva, 2023). Essa mecânica de atuação é corretamente analisada por Nunes (2022), quando ele pensa o negacionismo, como uma captura dos sentimentos de urgência que perpassam o tecido social para projetá-los em objetos que não são efetivamente os causadores da referida angústia. Nunes trata do negacionismo menos em termos de produção de ideias que negam o conhecimento científico estabelecido, e mais na busca por entender que demanda a produção de ideias negacionistas vem suprir. Essa

¹⁵ Não existe realmente um *fora* do sistema. Entende-se este “fora” aqui como o espaço de forças sociais profundamente opostas ao que é hegemônico no presente, que são excluídas do sistema durante a constituição dele. Se temos uma democracia liberal, estas forças se formam na negação das ideias base deste regime, como a igualdade e a fraternidade, e buscam colocar no lugar a hierarquia e a desigualdade, naturalizando a precarização da vida. Nesse entendimento, por exemplo, a crítica à democracia por ela ser excludente e não efetivar as suas promessas vem de um lugar mais próximo ao centro do sistema.

demanda seria gerada por uma tentativa de se proteger da gravidade da realidade ao seu redor, o que Freud chamou de renegação, “estar em negação”. O autor diz:

...a racionalidade perversa da crença em narrativas irracionais, como conspirações antivacina ou elocubrações “antiglobalistas”, é que elas não deixam de reconhecer o quão grave é o estado geral das coisas, mas o fazem oferecendo o conforto de fantasias que prometem soluções relativamente simples. Com isso, elas são capazes de canalizar sentimentos antissistêmicos (...) Ora, se as condições estruturais que criam um fosso cada vez maior entre ricos e pobres não podem ser modificadas, o que sobra para os de baixo é disputar migalhas cada vez menores entre si. E é exatamente para essa situação que a realidade alternativa que a extrema direita coloca no lugar do conteúdo traumático renegado prepara seus adeptos. (...) (Nunes, 2022, p. 51)

Uma vez que é complexo, difícil e demorado resolver o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes; e que este problema é perpassado por questões estruturais de gênero, que são ativamente negadas pelos grupos familistas, e defendidas em uma chave invertida – em defesa da dominação do masculino sobre o feminino – pelos grupos *redpillados*; a causa do problema é deslocada para a sexualização de crianças e adolescentes supostamente cometida por professoras e professores doutrinadores, mais preocupados em “ideologizar” suas alunas e alunos do que “ensinar o conteúdo” (Penna, 2017; Salles, 2017). Como disse Nunes, frente à complexidade do real, é mais fácil acreditar em um sistema educacional aparelhado, inclusive porque a categoria docente é mais concreta para esses grupos do que as estruturas de gênero que, afinal de contas, eles trabalham para negar, invisibilizar e defender. Vemos, assim, o discurso da doutrinação inverter a imagem social de professoras e professores como fundamentais para crianças e jovens, tornando-os(as) criminosos(as) em potencial dos(as) quais “a família” deve ser defendida¹⁶.

Além da negação em lidar com a gravidade do real, há outras coisas em jogo nos gestos de inversão. Cesarino (2022) contribui para a compreensão desse uso de pautas pontuais indicando o sentido antropológico delas para significarem o *todo*. Ou seja, tratar do “combate à doutrinação” remete à disputa pelo todo social. A “doutrinação”, este

¹⁶ Como exemplo, ver a fala do prefeito de Criciúma sobre um professor que usou um clipe musical em sua aula. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/prefeito-de-sc-reafirma-expressao-viadagem-ao-comentar-exoneracao-de-professor/>. Acesso em 7 ago. 2023.

significante que foi um dos responsáveis por articular a nova direita após a primeira presidência do PT (Salles e Silva, 2018), seria um significante dividido em dois níveis para aqueles que aderem a ele: em um nível, ele é um problema pontual dentro dos outros problemas que mobilizam esse grupo; em um segundo nível, por sua vez, ele remete ao todo social, que para esses grupos enfrenta uma grande batalha espiritual das famílias cristãs contra o mal personificado em professores(as) “doutrinadores”(as). Pode-se argumentar, corretamente, que todo significante mobilizado em conflitos políticos, ainda mais aqueles que adquirem caráter de pontos nodais (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2011), remetem a estes dois níveis. Porém, pensando com Cesarino (2022), ela nos chama a atenção para pensar binários (público-privado, real-ficção, etc) a partir da noção de *englobamento do contrário*. Essa ideia, formulada por Louis Dumont ([1966] 1997) em seu trabalho *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*, pensa os binarismos produzidos pelas culturas dentro do caráter holístico delas, onde os referidos binarismos organizam polos que não são estáticos, e que são, na verdade, hierárquicos¹⁷. Ela resume o argumento de Dumont:

Refletindo a partir do sistema de castas indiano, organizado pela metacódigo puro-impuro, o autor insistiu que os opostos não são simétricos, mas hierárquicos. Um dos polos – o da pureza – é sempre superior e englobante, pois representa ao mesmo tempo uma das partes (os brâmanes enquanto o estrato social superior) e o todo (o próprio sistema social, em oposição, por exemplo, à natureza). (2022, p. 173)

Quando os grupos de ódio a educadoras(es) opõem “família” e “professores doutrinadores”, isto não é um binarismo estático nem uma polarização simétrica: é o pólo da família, considerado superior porque mais puro (os cidadãos de bem), englobando os “professores doutrinadores” (impuros). A hierarquia pureza-impureza pode ser vista nitidamente nos memes de ódio aos(as) professores(as) (Penna, 2016a, 2016b). Está em curso uma inversão da ideia de que crianças e jovens devem ir à escola e ter aulas com professores(as), para adentrar o mundo público: crianças e jovens devem, na verdade, serem protegidos deste mundo público, sendo completamente educados nos valores e

¹⁷ Reproduzo sinteticamente aqui o argumento de Cesarino (2022). Interessante notar que essa “tomada de consciência” na literatura contemporânea que estuda o bolsonarismo sobre a questão dos pólos não serem simétricos avança consideravelmente a ideia de “polarização” em como ela estava sendo pensada até o momento (Nunes, 2022).

ideias das famílias, porque estas são mais puras do que os conhecimentos e valores públicos (impuros) que os educadores/as lhes passaria.

O público é englobado e submetido ao polo privado. Por que se faz esta inversão? Qual é o seu objetivo? A inversão tem sido a estratégia de lutar pelo metaenquadramento, esse nível organizacional das sociedades que organiza o que é superior e o que é inferior no sistema. Se a modernidade impôs o código da esfera pública como lugar da política, como a difusora de legitimidade para os sistemas políticos criados em seu bojo, em oposição à esfera privada que seria lugar da submissão (Silva, 2018), os atuais empreendedores do combate à doutrinação estão disputando esse metaenquadramento para deslocar essa centralidade do “público”. É neste sentido que podemos dizer que o discurso da doutrinação cria um público antiestrutural: ele articula uma série de grupos, indivíduos, influencers, representantes políticos, profissionais do direito, dentre outros, em torno de uma ideia de oposição ao sistema por fora dele (ver nota 17). Os *redpills*, os empreendedores da cruzada contra a “doutrinação”, estão lutando para redesenhar os limites do social.

Esta luta para ocupar o centro do sistema, qual seja, a posição de norma, de pólo superior, pode gerar uma *dupla torção*. Este termo é mais uma apropriação da antropologia estruturalista feita por Cesarino (2019, 2021, 2022). Segundo a autora, em sua leitura, uma vez que essa dupla torção acontece o sistema se torna estável em um estado de antagonismo em ebulição¹⁸ constante. Essa dupla torção seria uma espécie de inversão dupla que resulta em um “mundo invertido”, um “mundo paralelo”, algo que acontece após um polo que era subalterno no sistema consegue pressionar o *mainstream* ao ponto de realmente disputar espaço com ele: uma bifurcação. Com a arquitetura das novas mídias, que permite a formação de espaços fechados na internet que “blindam” os seus integrantes de contato com o diferente, além das diferentes camadas de profundidade que existem (YouTube e Instagram são mais próximas da superfície, grupos fechados do Discord são mais longes), essa bifurcação de realidades é algo que ganha concretude significativa nos ecossistemas de desinformação; tal fratura no acesso ao mundo, no

¹⁸ Utilizo essa imagem de um “antagonismo em ebulição” como sinônimo do conceito de cismogênese que a autora utiliza e que infelizmente não tem espaço para ser abordado aqui. Cf. Cesarino

mundo pré-digital, só seria possível com os indivíduos que fizessem a inversão afastando-se fisicamente das suas comunidades de origem. Uma vez que o sistema passa por essa bifurcação, isto é, quando passam a coexistir o mundo hegemônico, – a educação formal aceita amplamente como direito humano – e o mundo paralelo, – onde a educação formal é toda atravessada por doutrinadores e na verdade crianças e jovens deveriam ser educados em ensino domiciliar (*homeschooling*) pelos pais, ou por conteúdo escolar estritamente controlado e balizado pela família, por exemplo – a relação entre eles é uma “relação antagonística de ameaça existencial recíproca” (Cesarino, 2022, p. 188).

O que deprender disso tudo? Nos parece que, uma vez que o discurso da doutrinação gerou esse “mundo invertido”, o mundo hegemônico é, de certa forma, preso ao mundo invertido em uma relação de tensão e ódio existencial. Por exemplo, é inevitável que quem trabalhe para efetivar o direito à educação tenha que dedicar tempo e trabalho para interromper a atuação da nova direita no campo educacional. E nossa energia é utilizada por esse mundo invertido para alimentar essa “ebulição antagonista” graças às possibilidades infraestruturais das novas mídias: é isto que está acontecendo quando deputados(as) da nova direita divulgam imagens de materiais didáticos “ideologizados” em suas redes abertas e nós precisamos desmenti-los. Os comentários horrorizados, os compartilhamentos e as curtidas, seja por apoio ou por crítica, ampliam o alcance do que eles dizem. Essa forma de fazer política impacta os seres humanos no nível da sua cognição, uma vez que ela é feita pelo uso de técnicas de influência que as mídias digitais possibilitam (Bruno, Bentes e Faltay, 2019). Os influencers são atualmente as figuras mais importantes deste cenário: é esse grupo que possui o *know-how* de como manejar esse antagonismo nas redes e utilizá-lo para favorecimento próprio. De fato, com a deslegitimação dos peritos modernos (intelectuais, cientistas, especialistas), são estes sujeitos que ocupam essa posição de mediação. Aqui começamos a falar do *discurso da doutrinação como um caso de empreendedorismo político*.

O discurso da doutrinação como um caso de empreendedorismo político

Com a presença constante das redes sociais em todas as esferas da vida, o inevitável surgimento de toda uma cultura em torno disso, e o desenvolvimento de fenômenos políticos atravessados por figuras que muito explicitamente misturaram política e negócios, como o bolsonarismo, o Escola sem Partido foi parecendo cada vez menos um movimento social e mais um empreendimento. Ou, talvez melhor dizendo, uma plataforma de negócios. O tipo de perfil de influencer, de conteúdo, de memes, de frases de efeito que foi possibilitado pelo discurso da doutrinação tem dinâmica bem similar a dos influencers que vivem de fazer *publi*, e muitas vezes, de fato, são os mesmos. Influencers típicos têm que se manter em alta, com alto engajamento, para receberem convite de marcas para divulgarem seus produtos. Influencers da política têm que inflar os seus perfis, em seguidores e engajamento, para receberem convites de políticos profissionais e eles mesmos construírem carreira política, e para venderem produtos próprios: cursos, *workshops*, palestras e afins. Alguns exemplos de figuras marcantes desse nicho de mercado são Gabriel Monteiro (PL-RJ), PM youtuber com milhões de seguidores graças a vídeos sensacionalistas, recentemente cassado e preso por estupro; Ana Campagnolo (PL-SC), influencer de direita antifeminista que criou sua marca política a partir da perseguição contra sua orientadora no mestrado, a professora Marlene de Fáveri.

O ESP não teve vários representantes, ou coletivos, ou outras características que indicassem o funcionamento típico de um movimento¹⁹. Ele publicizou pouquíssimas vezes encontros de formação e debates internos sobre estratégias e objetivos políticos. Ele quase sempre teve somente um representante, que teve colegas de atuação em momentos pontuais quando o tema estava muito presente na esfera pública²⁰. A marca

¹⁹ Para uma discussão sobre diferentes definições de “movimento social”, ver Alonso (2009).

²⁰ Durante certo período, o professor da UnB Bráulio Porto de Mattos era apresentado como vice-coordenador ou vice-presidente do “movimento”, e chegou a falar enquanto tal na Câmara dos Deputados. Em Caldas (2016, p. 81) há alguns nomes apresentados como coordenadores do movimento, porém, dentre

Escola sem Partido sempre foi representada por um nome: o de seu fundador, um advogado chamado Miguel Nagib. Com o passar dos anos e, principalmente, com os projetos de lei, a ideia de uma “educação sem doutrinação” se difundiu. Os projetos se tornaram atratores de atenção, um gancho efetivo que carregou o debate público sobre educação para o campo da direita conspiracionista (Aquino e Moura, 2022). Destacamos aqui como aconteceu a difusão dessas ideias, qual seja, em meio à imbricação entre as novas mídias e a política. É nesse entroncamento que categorizamos o Escola sem Partido não como um movimento, mas como um empreendimento²¹: ele foi parte de um ciclo onde “a acumulação de capital político se convertia facilmente ne acumulação de capital econômico, e vice-versa” (Nunes, 2022, p. 91).

Estamos categorizando o Escola sem Partido enquanto um empreendimento, diferente do que fizemos em trabalhos anteriores (Silva, 2018), para elaborar características suas que ficaram mais proeminentes após o seu hiato e posterior retorno em 2022 e 2023, quando suas contas no *Twitter* e no *Instagram* foram reativadas. Primeiramente, as ações realizadas pelo ESP consistiram principalmente na divulgação de ferramentas de censura (como notificações extrajudiciais, peças para fazer denúncias ao Ministério Público, projetos de lei), manutenção de site e redes sociais, dentre outras, que não demandam estruturas coletivas significativas – afinal, é notório que a *web 2.0* amplia a comunicação de muitos para muitos. A forma pela qual as demandas do ESP foram operacionalizadas demonstram a adesão ao “combate à doutrinação” como estratégia de autopromoção por parte de diversos sujeitos em busca de lucro, se estabelecendo, portanto, um ciclo onde essas figuras ganham capital social e político por se venderem como “defensores da família”, dentre outros títulos similares.

Atualmente, a figura mais forte no tema “combate à doutrinação” é provavelmente o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO). Seu grupo oficial no Telegram é dividido

estes, somente Braulio já foi apresentado publicamente como parte oficial do ESP. Os outros nomes (Bia Kicis, Ana Campagnolo, Orley José, Luis Lopes Diniz Filho) apareciam nas redes do grupo por escreverem para o site oficial do ESP e/ou tocarem outros grupos parceiros deles (Kicis era membra do Revoltados Online, Orley José tem um blog chamado De olho no livro didático), ou por serem influencers e/ou políticos que apoiavam a pauta publicamente (Campagnolo).

²¹ Esta caracterização foi feita inicialmente em [autor] (2023, no prelo) e aqui está um pouco mais desenvolvida.

entre divulgação de cortes de vídeos, ações do mandato e chamados para curtir seu canal em um site de tv que supostamente paga aos seus inscritos. Gayer é um empreendedor político por excelência. As referências ao site *cos.tv*, onde ele posta vídeos seus, têm como chamada “...crie o seu perfil e comece a ganhar dinheiro assistindo vídeos”. Ele tem mais de 1 milhão de seguidores em seu Instagram assim como em seu canal no YouTube. Segundo relatório da Google enviado à CPI da Covid em 2021, o canal de Gayer foi o segundo canal que “mais ganhou dinheiro com a publicação de desinformação relacionada à pandemia entre os vídeos analisados”²², tendo ganhado U\$8 mil com esse tema²³. O deputado sabe usar as propiciações das redes para empreender através delas um jogo intrincado entre falar absurdos e se desresponsabilizar por estes absurdos: quando corre risco de ser responsabilizado pelo que diz, apaga vídeos do seu canal de forma a desacelerar o processo, enquanto ao mesmo tempo argumenta que foi entendido de maneira desonesta:

Com a “limpeza” no canal, conteúdos políticos perderam espaço entre os vídeos recentes da conta do deputado, que é cotado para disputar a Prefeitura de Goiânia no pleito municipal do ano que vem. Boa parte dos vídeos em destaque agora mostram interações do deputado com sua família.

A estratégia de esconder conteúdos, incluindo aqueles com ataques a tribunais e magistrados, também foi observada na base bolsonarista em outros momentos emblemáticos recentes. Após as eleições do ano passado, em que foi eleito deputado federal, Gayer já havia excluído 1,6 mil vídeos. Desse total, 159 citavam já no título o TSE.²⁴

Desde que foi eleito, Gayer tem trabalhado para se tornar a principal referência em perseguição de educadoras(es) e “combate à doutrinação” no país²⁵. Em março o seu mandato realizou o evento “1º Seminário sobre Doutrinação Ideológica no ensino”, onde

²² Ver <https://opopular.com.br/politica/gustavo-gayer-e-citado-em-relatorio-sobre-fake-news-na-cpi-da-covid-1.2267781>. Acesso em 5 ago. 2023.

²³ Ver nota anterior.

²⁴ Ver <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/07/alvo-no-tse-por-atacar-urnas-deputado-remove-mais-de-200-videos-do-youtube-durante-julgamento-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 5 ago. 2023.

²⁵ Inclusive, isso evidenciou disputas por este espaço entre a nova direita. Gayer e Miguel Nagib tiveram alguns atritos em 2023, quando este último expressou publicamente desgosto no Twitter do ESP por ter sido convidado a falar por “pouco tempo” no seminário sobre doutrinação ideológica que Gayer realizou em março na Câmara dos Deputados. Nagib considerou inadequado não ter um tempo maior de fala tendo em vista seu protagonismo na condução do Escola sem Partido. Ver <https://twitter.com/escolasempartid/status/1631614753402388481>. Link alternativo: <https://web.archive.org/web/20230805135443/https://twitter.com/escolasempartid/status/1631614753402388481>. Acesso em 5 ago. 2023.

ele lançou uma plataforma chamada Instituto Nossos Filhos²⁶, dedicada a receber denúncias contra professores “doutrinadores”. Até o momento da finalização deste texto a plataforma continua no ar, apesar de já ter sido objeto de denúncias. Professores de Goiás relatam piora considerável no clima escolar de seus locais de trabalho²⁷.

É importante apreender a dimensão deste fato: perseguir professoras(es) tornou-se lucrativo financeira e politicamente, uma vez que novas mídias e salas de aula foram colapsadas pelo apelo constante ao suposto perigo da “ideologia de gênero” e do “professor doutrinador”, imagens potentes para atrair engajamento através de afetos de raiva e medo. Este é o coração da ideia de empreendedorismo político, delineada por Rodrigo Nunes (2022), que aponta para as novas formas pelas quais as identidades políticas têm se articulado e hegemonizado em nosso tempo. Para Nunes, o bolsonarismo pode ser compreendido “como um fenômeno empreendedorístico em si mesmo” uma vez que “‘ser de direita’ (e, gradualmente, de *extrema* direita) tornou-se uma opção de carreira para uma série de pessoas” (2022, p. 84, grifo no original). Assim, o discurso da doutrinação seria mais uma das várias linhas de força políticas (como a teologia da prosperidade, o estouro dos ‘*coaches*’ e da autoajuda) que se uniram sob Jair Bolsonaro.

Para Rodrigo Nunes (2022), o bolsonarismo é um fenômeno interclasses. Para gerar essa aliança entre classes, alguns significantes foram centrais, e dentre eles está o de *empreendedor*. Esse significante produziu identificação entre pessoas com vidas completamente diferentes, e como observa Nunes, ele nomeia não só uma realidade, mas também um desejo (2022, p. 84); e, se nomeia um desejo, nomeia um horizonte de expectativa. Em meio à crise climática, à precarização extrema das formas de vida, à ascensão dos *coaches* e de um otimismo tóxico que soa bastante como uma recusa em aceitar a gravidade da realidade, “empreendedor” vem atender a uma demanda por fugir dessa gravidade. O empreendedorismo diz que, em algum lugar, de alguma forma, é possível vencer.

É esse justo desejo que é capturado pelos empreendedores políticos e utilizado para influenciar usuários a aderirem às suas ideias. Esta forma política deu frutos em um

²⁶ Ver <https://institutonossosfilhos.com.br/>. Acesso em 6 fev. 2024.

²⁷ Ver <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/professores-em-goias-acusam-deputado-gustavo-gayer-de-perseguiacao/>. Acesso em 6 ago. 2023.

solo fertilizado há décadas pela hegemonia do pensamento neoliberal da direita à esquerda do espectro político, tanto no Brasil como na América Latina. Como aponta Veronica Gago (2015), ao falar de um “neoliberalismo desde baixo”, ideias caras ao neoliberalismo foram mobilizadas por vários governos progressistas do nosso continente. Falamos de um contexto onde os trabalhadores estão acostumados à “privatização dos riscos” e à necessidade de sobreviver a partir de estratégias individualistas, sem ter no horizonte qualquer esperança de transformação no sistema econômico.

Estes valores aparecem nitidamente quando se estuda a entrada de valores conservadores e ultraconservadores nas expectativas com relação à educação. Por exemplo, em pesquisa qualitativa feita através de 126 entrevistas, com indivíduos que foram considerados “conservadores moderados”, cuja renda familiar se encontra entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres do país – a classe C brasileira (Barlach e Castanhedi, 2022):

Nesse estudo, nós escolhemos falar com pessoas que não fossem classificadas como ultraconservadoras, com o intuito de mapear um grupo com maior probabilidade de construção de diálogo. Algo que marca as falas destes “conservadores moderados” é a adesão a dois grandes temas: nostalgia do passado e um “libertarianismo conservador”.

Esse libertarianismo seria caracterizado por uma ênfase muito forte no indivíduo como eixo explicativo de questões sociais e de opiniões políticas. Estão no bojo deste conceito ideias como um extremo liberalismo individual, focado em uma linguagem da “liberdade”, mas que inclui as liberdades de excluir os outros. Por exemplo, podemos citar a **liberdade de as famílias definirem, sozinhas, a forma de educar os filhos**. Ou uma liberdade de pensamento conservador, contra um “politicamente correto”, e que inclui o direito de ofensa ou de ter opiniões preconceituosas. Essa liberdade de ferir direitos dos outros traz também consigo o não uso de máscaras, a ideia de escolha sobre tomar ou não vacinas ou de portar armas, em detrimento da segurança dos demais. Cabe nesse conceito também o direito de não pagar impostos, ou empreender livremente, sem depender de autorizações do governo, como licenças ambientais, regras trabalhistas etc. Veremos que o discurso conservador na educação se baseia fortemente nesta ultravalorização do indivíduo. (Idem, pp. 54-55, grifo nosso)

Assim, a formação dos públicos antiestruturais através de movimentos de inversão citados na seção anterior, dos quais o discurso da doutrinação é um, se estrutura por meio de práticas empreendedorísticas. Isto significa que a busca por ganhar dinheiro e melhorar de vida está incentivando a formação destes públicos, vinculando, portanto, espaços radicalizados e empreendedorismos de todo tipo. Aqui se conectam extremismo político,

perseguição contra educadoras(es), deslegitimação do conhecimento científico, pânico moral contra a “ideologia de gênero” e contra a “doutrinação”. Essa conjuntura, em nosso ver, é uma manifestação dramática de um *colapso de contextos*.

Esse termo foi cunhado pelas pesquisadoras Alice Marwick e danah boyd em um estudo sobre usuários do *Twitter* de 2011. Ele é utilizado por Cesarino (2022, 2021), por sua vez, para argumentar que os fenômenos da pós-verdade e da desinformação são sintomas desse processo. Esse colapsamento é notoriamente facilitado, por exemplo, pelo incentivo das novas mídias a compartilhar imagens e vídeos: uma aula é facilmente filmada, tirada de seu contexto original e recontextualizada em uma postagem na internet, deslocando vários fundamentos da confiança imprescindível aos processos de ensino-aprendizagem. Esse colapsamento era feito deliberadamente pelas denúncias de “professores doutrinadores” ao site do Escola sem Partido antes das redes sociais, e conforme ficou mais fácil compartilhar fotos, vídeos, gravações do trabalho das(os) educadoras(es) para audiências que não eram as suas audiências pretendidas, foi ganhando camadas de complexidade.

Em suma: o que, efetivamente, é colapsado? Filmar 2 minutos de uma aula de 1h30 e viralizar esse corte no *Facebook* desestabiliza o entendimento da comunidade escolar de que aquilo era uma aula: o que se inverteu, através do colapso, foi o nível metacomunicativo. A depender da penetração do conteúdo produzido pelos empreendedores políticos na comunidade escolar onde o fato acontece, aquela 1h30 é reduzida aos 2 minutos, e o metaenquadramento “aula” é substituído pelo metaenquadramento “doutrinação”. A professora exposta se torna uma criminosa, e o conhecimento que ela buscava construir ali é reduzido a uma tentativa de manipular jovens mentes.

Considerações finais: em que caminho vai a inversão?

Buscamos analisar aqui o discurso da doutrinação como uma forma de inversão dos binarismos que organizam a sociedade brasileira a partir da educação. Este discurso foi central para a articulação de um processo de desdemocratização do país (Salles e Silva, 2018), e tem sido importante para as mobilizações fundamentalistas que buscam uma

renaturalização do gênero (Biroli, 2020) para “remediar” os avanços feministas que conseguiram tensionar os papéis de gênero tradicionais no Brasil e na América Latina. Este discurso tem sido central também para minar a legitimidade de pesquisadoras(es) e educadoras(es) em todo o sistema educacional brasileiro, posto que engendrou todo um fenômeno de perseguição sistemática contra educadoras(es) (Penna, Aquino e Moura, 2023, no prelo). Importante destacar também o papel que esse discurso teve em juridificar as relações de ensino-aprendizagem, em consonância com o papel de juristas no avanço conservador no resto da América Latina (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

O objetivo deste texto foi iniciar um diálogo com as discussões sobre digitalização da política para avançar nossa compreensão sobre o discurso da doutrinação. Esse ímpeto é fruto da angústia segundo a qual a literatura sobre o Escola sem Partido, o discurso da doutrinação, a perseguição de educadoras(es) e a ascensão do negacionismo, tem dado pouca atenção a elementos importantes desses processos. Esses elementos desfavorecidos em nossas análises podem empobrecer nossa capacidade de entender o que está acontecendo e, por consequência, de incidir politicamente sobre o nosso tempo.

Centenas de textos foram escritos sobre o empreendimento Escola sem Partido, sobre o seu discurso, sobre sua origem em meio aos *think tanks* neoliberais dos anos 90 e início dos anos 2000 no Brasil (Moura, 2016; Caldas, 2018; Penna e Salles, 2017; Salles, 2019; Paiva, 2021). Está convencionado que esse grupo teve uma série de vitórias políticas por se associar ao fundamentalismo religioso (Miguel, 2016; Moura, 2016), ao pânico moral contra a “ideologia de gênero” (Junqueira, 2022), ao ultraliberalismo (Miguel, 2016). É notório que várias linhas da direita e da extrema direita se uniram em 2018 para a eleição de Jair Bolsonaro, de maneira que Bolsonaro enquanto figura política deve ser entendido como uma figura caleidoscópica (Kalil et al., 2018): cada grupo social tinha acesso ao Bolsonaro que lhe fazia mais sentido.

Apesar da quantidade de estudos dedicados ao tema, poucos parecem captar a gravidade do fenômeno do discurso da doutrinação que a reflexão sobre o extremismo político, pensado a partir de movimentos de inversões, tem captado. Daí a tentativa deste texto de fazer essa aproximação. Uma vez encarado o discurso da doutrinação a partir da sua dimensão antropológica, qual seja, pensando esse fenômeno enquanto uma

manifestação do tipo de processo político, de inversão de visões de mundo, que é metaforizado no termo “pílula vermelha” (*red pill*), espera-se que os horizontes políticos do nosso presente estejam mais visíveis. Essa mudança drástica na visão de mundo gera uma série de afetos violentos a nível existencial. Os grupos que foram “redpillados” estão *contra os(as) educadores(as)* já de partida – isto é: o ódio se direciona a contra quem somos. Os metaenquadramentos que mantêm os fundamentos do ensino superior, do ensino básico, dos direitos humanos de todos os grupos sociais, estão sendo deslocados. E estão sendo deslocados não pelas nossas críticas a uma universidade excessivamente produtivista, que se submeteu às políticas acadêmicas neoliberais, e nem pelas nossas críticas a uma escola que não se apropria realmente da luta por justiça em gêneros e sexualidades, como seria justo que fosse, para citar aqui apenas uma pequena parte dos problemas do sistema educacional que os estudos apontam; estes fundamentos estão sendo deslocados por críticas que veem a escola como uma usurpação do poder familiar, e que veem os cursos de ciências humanas como centros de aparelhamento político-partidário, dentre outras visões igualmente preocupantes.

Esperamos que a análise ensaiada aqui, e os horizontes para os quais ela aponta, nos façam avançar em nossa compreensão das razões envolvidas no uso tão intenso de temas da pauta educacional para a geração de energia política em torno de figuras da nova direita. E, sobretudo, que isso nos ajude a ler o nosso presente e avaliar a nossa atuação coletiva sobre ele.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA, CENPEC e CESOP/UNICAMP. Pesquisa Educação, Valores e Direitos: achados do estudo quantitativo. In: CARREIRA, Denise e LOPES, Barbara (org.). **Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2022. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola/genero-e-educacao-ofensivas-reacionarias-resistencias-democraticas-e-anuncios-pelo-direito-humano-a-educacao/>. Acesso em 7 ago. 2023.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço dos debates. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

AQUINO, Renata e MOURA, Fernanda. Breve histórico das leis de censura na educação: Os projetos. Escola sem Partido e antigênero (2014-2020). In: CARREIRA, Denise e LOPES, Barbara (org.). **Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2022. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola/genero-e-educacao-ofensivas-reacionarias-resistencias-democraticas-e-anuncios-pelo-direito-humano-a-educacao/>. Acesso em 7 ago. 2023.

BARLACH, Breno e CASTANHEDI, Isadora. Pesquisa Educação, Valores e Direitos – Nostalgia e libertarianismo conservador: achados do estudo qualitativo. In: CARREIRA, Denise e LOPES, Barbara (org.). **Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2022. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola/genero-e-educacao-ofensivas-reacionarias-resistencias-democraticas-e-anuncios-pelo-direito-humano-a-educacao/>. Acesso em 7 ago. 2023.

BIROLI, Flavia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; e VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRUNO, F. G., BENTES, A. C. F., & FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, 26(3), e33095, 2019.

CALDAS, Renan Rubim. Narrativas em movimento. **Narrativas em movimento - Do "Escola Sem Partido" à "Educação democrática": História pública e trajetórias docentes**. Juniele Rabelo de Almeida, orientadora. 339 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CESARINO, Leticia. **Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade (fala na VII ReACT)**. Disponível em https://www.academia.edu/40047992/Populismo_digital_neoliberalismo_e_p%C3%B3s_verdade_fala_na_VII_ReACT. 2019. Acesso em 7 ago. 2023.

_____. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, 23(1), 73-96, 2021.

_____. **O mundo do avesso**. Editora Ubu, 2022.

_____, & SILVA, Victor H. V. de F.. Pandemic States of Exception and the Alt-science of Early Treatment for COVID-19 in Brazil. **Latin American Perspectives**, 0(0), 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

JUNQUEIRA, Rogerio D. **A invenção da ideologia de gênero: um projeto reacionário de poder**. Brasília: LetrasLivres, 2022.

KALIL, Isabela; OLIVEIRA, I.; ALVES, A. K.; PALUDETTI, F.; PINHEIRO, W.; AZARIAS, W.; MELO, G. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Relatório de pesquisa. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 2018.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARWICK, A.; BOYD, D. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. **New Media & Society**, [s.l.], v. 13, n. 1, 2011.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Autêntica, 2017.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2016.

MIROWSKI, Philip. Hell is truth seen too late. **Boundary 2**, [s.l.], v. 46, n. 1, p. 1-53, 2019.

MOSCHKOVICH, Marília. **“Família” e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021)**. São Paulo: Mecila Working Paper Series, 2023.

MOURA, Fernanda P. de. “ESCOLA SEM PARTIDO”: **Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História**. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

_____. e AQUINO, Renata. A população brasileira é realmente tão conservadora quanto a direita quer nos fazer acreditar? As opiniões sobre a educação mostram que não. **Esquerda online**, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/08/31/a-populacao-brasileira-e-realmente- tao-conservadora-quanto-a-direita-quer-nos-fazer-acreditar-as-opinioes-sobre-a-educacao-mostram-que-nao/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

_____. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. Trad. de Raquel Azevedo. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

PAIVA, Gabriel de A. G. de. **A influência do Movimento Escola Sem Partido no debate educacional brasileiro: da suposta neutralidade a defesa do homeschooling (2004-2020)**. 2021. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas,

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

PENNA, Fernando. “O ódio aos professores”. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.) **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido – 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016a.

_____. O ódio aos professores se profissionaliza. **Site Professores contra o Escola sem Partido**. Disponível em <https://profscontraesp.org/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/>. Acesso em 7 ago. 2023. 14 nov. 2016b.

_____. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016c.

_____; SALLES, Diogo da C.. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: Oliveira, Cláudia Freitas de [et al.]. (Org.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. 1ed.Fortaleza: EdUECE, 2017.

ROCHA, Camila. “Menos marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SALLES, Diogo da C.. A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola Sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo de ensino-aprendizado. **RevistAleph**. Julho 2017 Ano XIV – Número 28.

SALLES, D. **Criando a doença para vender a cura: o discurso da "doutrinação ideológica" do Movimento Escola Sem Partido**. 2019. 143p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

SALLES, D.; SILVA, R. C. A. O Escola sem Partido na desdemocratização brasileira. In: PENNA, F.; QUEIROZ, F.; FRIGOTTO, G. (org.). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP Uerj, 2018. Pp. 153-173.

SILVA, Bruna C. de S.. **Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. Orientadora: Alessandra Sampaio Chacham. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SILVA, Renata da C. A. da. Os sentidos de político em disputa nas discussões públicas sobre educação e doutrinação. **REVISTA DE HISTÓRIA BILROS**, v. 6, p. 220-240, 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Dansk: Zazie Edições, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2021

O discurso da doutrinação como uma red pill:
abusos da educação para virar o mundo do avesso

Abstract: This article aims to essay an analysis of the discourse of indoctrination through three main axes. Firstly, it is argued that the discourse of indoctrination has led to a bifurcation between the dominant public sphere and a "parallel world," which takes shape in the inversion of values that structure the dominant public – the world of institutions, established science in universities and research institutes, and historically considered legitimate entities. In this line, the panic of indoctrination is suggested to have functioned as a red pill to attract adherence to values increasingly contrary to those believed to have been hegemonized after the democratization, generating what Cesarino (2022) has termed an anti-structural public (Cesarino, 2022). Secondly, the form of operation and diffusion of this discourse is understood as political entrepreneurship (Nunes, 2022), a characteristic form of politics in this profoundly neoliberal era. Finally, it is highlighted that the observed discourse has a sociotechnical dimension that still needs to be understood in studies about it, illustrated here in the phenomenon named by Marwick and boyd (2011) as context collapse. From these axes, the article argues that the indoctrination discourse was central to the country's process of de-democratization, updating an argument previously made in Salles and Silva (2018), mainly due to its role in the crisis of expert systems (Cesarino, 2021). This crisis impacts from the working conditions of educators to the relationship between scientific knowledge and public policies. Finally, the article also reflects on some indications of a profound impact of the digitization of life on the political processes regarding education.

Keywords: Indoctrination. Red pill. Political entrepreneurship. Context collapse. Persecution of teachers.

Recebido: 18/08/2023

Aceito: 06/02/2024